

Ajuste é premissa de socorro, diz Parente

Segundo secretário-executivo do Ministério da Fazenda, governador que não estiver desestatizando e procurando resolver o problema da dívida de forma estrutural não precisa nem procurar o governo federal

LU AIKO OTTA

BRASÍLIA — Todos os Estados, inclusive São Paulo — o maior devedor, com R\$ 58 bilhões no total —, poderão ser beneficiados com renegociação de suas dívidas, de forma que o Tesouro Nacional pague uma parte. "A condição básica é que o Estado queira se ajudar", afirmou, em entrevista ao *Estado*, o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente. As negociações com São Paulo ainda não começaram. Por isso, Parente não fez nenhuma projeção sobre se a dívida do governo de São Paulo com o Banespa vai entrar na negociação global. "Acho totalmente conveniente que as coisas caminhem junto, mas não há essa definição no caso de São Paulo", adiantou.

Estado — Os governadores estão exigindo para suas dívidas tratamento igual ao do Plano Brady para a dívida externa brasileira. É essa a filosofia que tem pautado os acordos assinados até agora?

Pedro Parente — Na verdade, os acordos com os Estados vão além do que foi o Plano Brady para o Brasil. Nos acordos da dívida externa, os bancos tinham preocupação com a solvência dos países devedores, mas não se negociou nenhuma regra de natureza fiscal, como fazemos agora com os Estados. Estamos fazendo uma abordagem para resolver mais um dos esqueletos que ficaram dos tempos da inflação alta. Toda a negociação é feita de modo a atingir três objetivos: reduzir o subsídio do governo federal, ser um indutor para a desestatização a nível estadual e um instrumento de ajuste fiscal.

Estado — A parte que os governadores mais gostam do Plano Brady é o desconto de 35% sobre o total da dívida.

Parente — Mas as negociações não envolvem desconto.

Estado — Como não? Há um desconto disfarçado, na medida em que as dívidas são renegociadas com uma taxa de juros menor que a cobrada hoje. No fim das contas, isso significa um desconto.

Parente — Vamos definir melhor as coisas. Não existe um desconto imediato sobre o total da dívida, como alguns governadores defenderam. Mas há um subsídio, sim. Só que esse subsídio não pode ser calculado tomando-se a diferença das taxas de juros entre papéis do governo e os 6% que serão cobrados após a rolagem e projetando esse gasto por 30 anos. Essa conta fica totalmente errada. Estamos fazendo uma aposta na estabilização, e contando que a diferença entre as taxas cairá. No ano passado, a diferença era de 18%. Neste ano, está em 6% e tende a cair.

Estado — O governador Mário Covas disse que quer para São Paulo as mesmas condições que forem dadas para a dívida de Minas.

Parente — Sem tirar nem pôr?

Estado — Minas não deve a seu banco estadual, enquanto São Paulo deve ao Banespa.

Parente — É evidente que cada Estado tem sua situação particular, e cada uma delas deve ser considerada numa discussão dessa natureza. Acredito que, em linhas gerais, é possível fazer para São Paulo alguma coisa aproximada da de Minas. É claro que, em São Paulo, é preciso olhar a questão do banco. Mas em ambos os casos estamos falando basicamente da mesma coisa, que é a dívida mobiliária. Ela é o núcleo da



Pedro Parente: "Não estamos abrindo uma caixa de Pandora"

discussão. Vamos analisar as questões particulares sem perder de vista o núcleo. Nesse sentido, não vejo com preocupação o que disse o governador Covas.

Estado — Já começou a negociação com São Paulo?

Parente — Ainda não. Tive uma discussão muito de princípios com o (secretário de Fazenda, Yoshiaki) Nakano. Essa conversa foi em julho, mais ou menos. Mas a negociação em si não começou ainda.

Estado — Seja qual for a solução, ela terá de envolver o Banespa?

Parente — Você está me forçando a tirar uma conclusão que eu não tenho ainda. Como não se chegou a discutir ainda com São Paulo, o que

claramente existe é a idéia de que o núcleo da discussão não pode ser aplicado para uns e não ser aplicado para outros.

Estado — Para Minas, vai haver uma solução para os bancos. O governador Eduardo Azeredo disse que o Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovará medidas para reestruturar o sistema estatal mineiro na sua próxima reunião.

Parente — Como Minas já está muito adiantada na questão dos bancos, faz todo o sentido ter uma discussão conjunta. Até porque Minas pagará, na renegociação, 20% de sua dívida, e o dinheiro poderá vir da privatização no setor financeiro.

Estado — Então, para os demais Estados, a solução para os bancos não virá necessariamente com a renegociação da dívida?

Parente — Estou dizendo que, no caso de Minas, estamos fazendo todo o esforço para que saia junto. No caso de São Paulo, não posso dizer na-

da. Não há uma pré-definição com relação ao assunto. Acho totalmente conveniente que as coisas caminhem juntas, mas não há essa definição no caso de São Paulo.

Estado — Os Estados ricos, que têm dívida mobiliária, receberão subsídio para pagar suas dívidas. Os demais Estados, que têm dívida em contratos, também serão beneficiados?

Parente — Vamos deixar bem claro que o subsídio é relativo. Ele só existirá se o Estado cumprir as metas de ajuste fiscal. Lembre-se de que temos três diretrizes: além de atender à questão financeira, ser um forte indutor do processo de desestatização e um instrumento de ajuste fiscal no médio prazo, não apenas no curto prazo. Isso também é válido para Estados que não têm dívida mobiliária, desde que não esteja negociando dívida já renegociada. Eles certamente serão beneficiados, desde que já tenham apresentado resultados num programa de ajuste fiscal.

Estado — Como é possível saber se um Estado está ou não fazendo o dever de casa?

Parente — A premissa básica é o Estado querer se ajudar. Como constatar? Pelos resultados até agora obtidos. Se o Estado não está implementando medidas de ajuste, se não estiver desestatizando, se não estiver procurando resolver o problema de forma estrutural, não precisa nem vir conversar com a gente. Não estamos abrindo uma caixa de Pandora, nem distribuindo benesses. O objetivo é muito claro: fazer o ajuste fiscal.

Estado — O que o contribuinte ganha com tudo isso? O governo federal vai gastar dinheiro do contribuinte subsidiando os Estados endividados, talvez até colocando o Plano Real em risco, a troco de quê?

Parente — Qual é a alternativa?

Estado — Os governadores não podem resolver isso sozinhos?

Parente — As dívidas mobiliárias hoje são roladas integralmente, com juros e correção monetária — e com lastro em papéis do governo federal.

Isso é uma coisa que só faz crescer. A proposta é que o Estado comece a pagar essa dívida imediatamente, com principal, correção monetária e uma parte dos juros, de 6% ao ano. O subsídio é a diferença entre essa taxa e a taxa do mercado. Comparando uma situação com a outra, melhoramos muito, porque começamos a ter o pagamento. É extremamente favorável para o contribuinte também, porque o Estado começa a amortizar uma dívida que só vinha sendo rolada no mercado e iria estourar lá na frente.

Estado — Será um mau negócio para os governadores?

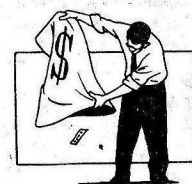
Parente — É uma conclusão que eu acho totalmente indevida.

Estado — Eles não estão pagando, mas vão começar a pagar.

Parente — Não estão pagando, mas devem. É uma dívida formal do Estado, que vinha comprometendo claramente sua situação econômico-financeira. Não acho que os governadores — principalmente porque a sociedade está amadurecendo e os governantes também — pensassem em continuar não pagando. Eles não têm esse tipo de pensamento. Nosso programa está sendo desenhado para que o estoque da dívida de qualquer Estado tenda ao valor de uma receita anual do Estado.

Estado — Em qualquer caso?

Parente — Essa é uma meta geral que estabelecemos. É fácil de ser entendida e calculada e dá um instrumento de gestão adequado para o Estado e para o governo federal. Fazemos uma trajetória e, dentro dela, o Estado ganha um pouco de autonomia para administrar sua dívida. Os Estados com dívida mobiliária, porém, serão contratualmente proibidos de fazer nova dívida em títulos antes que essa relação seja atingida. Para o Rio Grande do Sul, por exemplo, estaríamos estendendo a vedação de emitir novos títulos, que hoje vai até o ano 2000, para 2008. Até lá, o Estado, por decisão de livre vontade, contratualmente, abre mão da possibilidade de fazer nova dívida mobiliária.



**EM SP, É
PRECISO OLHAR
A QUESTÃO
DO BANCO**